



ATA Nº 8

19 de dezembro de 2018

Local

**Centro Social para o Desenvolvimento do
Sobralinho**

A Me
ep

ATA Nº 8

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, no Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pela eleita Tânia Sofia Faria Ferreira, em substituição do eleito Pedro Filipe Faria Ferreira, e pela eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda que passou a primeira secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Maria Fernanda Neves Dias Comenda
Tânia Sofia Faria Ferreira

BANCADA CDU

Maria Fernanda Gomes
Maria Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
António Maria Barreto Anastácio

BANCADA PS

Maria Domitília Sousa Pargana
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos
Paulo José Lopes Monteiro
José Manuel Morais Chumbo
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Rita Isabel Cordeiro Merenda
Luis Nuno Monteiro Carvalho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Amândio Delfino

BANCADA CM

Pedro Manuel Silva Alves

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EP
RP

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
José Carlos Godinho Romão
Carla Alexandra Rebocho Tavares
Fernando Manuel da Encarnação Santos Caio
Joaquim José Cunha Carreira
Vitor Manuel Guterres Torres
António Carlos Fernandes da Fonseca Dias

A Presidente da Assembleia iniciou os trabalhos, dirigindo algumas palavras de agradecimento ao Centro Social do Sobralinho pela disponibilidade na cedência da sala, cumprimentando também todos os presentes.

Passou a informar das substituições, referindo que na Bancada do PS, os eleitos Afonso Lourenço Correia da Costa, João Pedro Pinto Baião e Luciana Maria Maia Nelas, tinham sido substituídos pelos eleitos, Maria Domitília Sousa Pargana, Paulo José Lopes Monteiro e Rita Isabel Cordeiro Merenda, respetivamente.

Da Bancada da CDU, informou-se da substituição de Pedro Filipe Faria Ferreira e João Arcadinho, por Tânia Ferreira e António Anastácio, e da Bancada do BE, Rita Aleixo por António Delfino.

A Presidente da Assembleia, dirigindo-se às Bancadas, propôs que se efetuasse primeiro a tomada de posse do novo eleito para o Executivo, mas da Bancada da CDU foi referido que sendo um ponto constante do período da Ordem do Dia, ficaria para tratar posteriormente.

Seguidamente solicitou às Bancadas que procedessem às inscrições, intervindo o eleito António Sequeira da Bancada da CDU, intervindo, dizendo que a eleita Tânia Ferreira iria substituir o eleito Pedro Ferreira na Mesa da Assembleia, passando a mesma logo após, a ocupar o seu lugar.

A Presidente da Assembleia, referindo a extensão dos pontos a tratar, solicitou às bancadas que tivessem algum cuidado nas suas intervenções.

Voltou a usar da palavra, o eleito António Sequeira da Bancada da CDU, que após cumprimentar todos os presentes, falou sobre os resíduos sólidos, dizendo que continuam a ser um flagelo na freguesia e que se continua a ver acumulação de monos sem recolha. Referiu ter conhecimento que a Empresa Valorsul estava com problemas de laboração, e que gostava que o Presidente da Junta informasse se tem tido contatos com a Câmara, sobre este assunto, e se alguma coisa está a ser feita.

Ainda da Bancada da CDU, interveio o eleito Vitor Torres que questionou o Presidente da Junta, sobre o estado em que se encontra a Rua da Juventude, com problemas de abatimentos, quer a nível de passeios, quer da rua, e também sobre problemas existentes no Casal das Areias, com a acumulação de águas da chuva e infiltração em habitações.

Seguidamente usou da palavra, o eleito Pedro Alves da CM, que cumprimentou os presentes, dirigindo também um agradecimento ao Centro Social do Sobralinho, passando a ler um Voto de Louvor ao cidadão "Pedro Filipe Tomé da Luz" e finalizou referindo a presença do mesmo na sala, pedindo uma salva de palmas.

Em continuação da sua intervenção, disse ter algumas observações a colocar sobre o orçamento para 2019.

A Presidente da Assembleia interveio dizendo que essas questões seriam colocadas quando o orçamento estivesse a ser debatido.

Da Bancada do CDS, interveio o eleito Rui Valadas, que após cumprimentar todos os presentes leu a Moção “ Nó de Alverca – Acessibilidade à A1 (Norte-Sul) “.

Seguiu-se intervenção do eleito João Mendes da Bancada da CDU, que após cumprimentar todos os presentes, questionou o Presidente da Junta, sobre os terrenos do cemitério novo de Alverca querendo saber em que ponto se encontrava esta situação.

Da Bancada do BE, o eleito João Fernandes, usou da palavra e após cumprimentar todos os presentes, questionou a Presidente da Assembleia, sobre Moções aprovadas por aquele órgão, em abril de dois mil e dezoito, pois tinha conhecimento de documentos que seriam para reencaminhar à Câmara Municipal, só tendo sido rececionados em outubro e novembro, situação que gostaria que não se voltasse a repetir. Referiu também um email que dirigiu à Assembleia no dia trinta de outubro a solicitar informação sobre despacho e datas, relativo a documentos aprovados, dizendo não ter até à data qualquer resposta.

Referiu que a Assembleia é um órgão a dignificar e não a inutilizar.

Dirigindo-se ao Executivo, congratulou-se por verificar que este orçamento já inclui verba para a transmissão online das Assembleias de Freguesia, tendo também referido a informação constante no Edital sobre a disponibilização do serviço de uma Técnica de Língua Gestual.

Sobre comunicado emitido pela Junta sobre a aplicação de herbicidas, disse que o mesmo não cumpria com o estabelecido por Lei, referiu que só constava o mês da aplicação, não havendo qualquer referência ao dia ou dias a realizar, e seria bom esta situação ser analisada. Sobre o site da Junta, alertou para o facto de nem todos os comunicados estarem disponíveis e que seria bom essa situação ser regularizada.

Deixou ainda um alerta para um problema existente na Rua da Indústria e Cebi, em que nos semáforos, o botão a acionar pelos peões, está quase sempre com avaria, e para questões de segurança seria bom essa situação ser resolvida. Terminou dizendo que iria ler o Voto de Saudação mais tarde.

Seguiu-se intervenção do eleito António Sequeira da Bancada da CDU, iniciando por dizer que a sua Bancada iria votar favoravelmente a Moção apresentada pelo CDS, mas referiu que esta situação já se arrastava há vários anos, e o que tem havido é falta de vontade técnica, administrativa e política dos sucessivos governos.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da Bancada do PS, que deixou uma chamada de atenção para a intervenção de António Sequeira, dizendo não se estar em período de ordem de trabalhos para discussão de Moções.

Logo após questionou o Executivo sobre a aplicação dos herbicidas, dizendo que a informação que saiu para a rua não estava explícita e carecia de mais detalhe; sobre o Bairro Novo da Figueira no Sobralinho, bem como o Casal das Areias, falou que há problemas de limpeza, referindo a sujidade junto aos contentores e passeios adjacentes.

Ainda sobre a aplicação de herbicidas, solicitou informação sobre placa colocada junto à antiga Escola no Sobralinho.

Sobre o Casal das Areias e referindo os problemas de acesso, solicitou informação ao Executivo sobre pedidos de recargas de pavimentos feitos à Câmara Municipal e se já havia algo estruturado.

Seguiu-se intervenção do eleito Rui Valadas da Bancada do CDS, que começou por dizer que se deveria interditar o acesso à Praça Engenheiro Vaz Guedes; sobre

circulação e vias falou de problemas de vária ordem com passadeiras que requerem solução urgente; sobre a Rua da Indústria questionou o Executivo sobre sinal existente de um lugar para cargas e descargas sem indicação de horário, pretendendo saber quais foram os critérios para a sua atribuição. Solicitou ainda informação sobre a ETAR de Alverca; sobre o serviço feito com viatura da Junta na Av. Capitão Meleças durante o mês de agosto; e pretendia saber das atas que ainda não tinham sido votadas.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE, que passou a ler o Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres - 25 de novembro.

Continuou dizendo que o ocorrido no dia 04 de dezembro, é muito atual e presente e apelou ao voto de todos neste “ Voto de Louvor”.

Usou da palavra o eleito Luis Carvalho da Bancada do PS, que dirigindo-se à Presidente da Assembleia, questionou se já havia alguma previsão sobre a transmissão online das Assembleias.

Dirigindo-se ao Presidente da Junta, referiu o serviço de apoio jurídico, perguntando se este serviço ainda funcionava na Junta, visto no site não existir qualquer informação.

A Presidente da Assembleia em resposta a Luis Carvalho, falou que a verba já estava orçamentada e que pensava que a próxima Assembleia pudesse ter já transmissão online. Sobre a intervenção do eleito João Fernandes e referindo o atraso verificado no envio de documentos, bem como a situação das atas que ainda faltavam votar, informou que estas situações estavam a ser resolvidas em conjunto com o Presidente da Junta e brevemente tudo estaria normalizado.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia informou as bancadas que se iria passar à votação das Moções.

“ Voto de Louvor “ ao cidadão Pedro Filipe Tomé da Luz - CM.

Não tenho havido qualquer pronúncia, foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.**

A Presidente da Assembleia, dirigiu ao cidadão Pedro Luz, presente na sala, um agradecimento pela sua intervenção.

Seguidamente usou da palavra o eleito Rui Valadas da Bancada do CDS, que em resposta à intervenção do eleito António Sequeira da Bancada da CDU, sobre a Moção, começou por dizer que a CDU tinha iniciado o Ano dois mil e dezanove com uma descolagem de apoio ao governo em funções; que o Deputado do CDS João Gonçalves Pereira já em dois mil e doze tinha apresentado na Assembleia da República esta situação do Nó de Alverca, e que esta obra tinha todas as condições de ser executada, devido aos custos serem baixos, os constrangimentos serem reduzidos e as vantagens mais que evidentes; terminou dizendo que é tudo uma questão de vontade.

O eleito António Sequeira, da Bancada da CDU, interveio em resposta ao eleito Rui Valadas da Bancada do CDS, dizendo que ao longo dos vários governos do PS, PSD

e CDS, tinha havido sucessivas propostas para o Nó de Alverca, mas todas elas acabaram sempre rejeitadas.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou a **Moção “ Nó de Alverca – Acessibilidade À A1 (Norte-Sul)”** a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da Bancada do PS que referindo o Voto de Saudação do BE, disse que a sua Bancada iria votar favoravelmente, mas que este documento não trazia qualquer mais valia, e de algum modo acabava por estigmatizar e rotular as mulheres.

Disse que as Mulheres eram simplesmente Mulheres, independentemente de serem lésbicas, ciganas, ou de qualquer outro estigma, e que a intenção de valorizar o papel da Mulher não foi conseguido neste documento.

Da Bancada da CDU, interveio o eleito António Sequeira, que sobre o Voto de Saudação e referindo a elevada percentagem de vitimas de violência em que 80% são mulheres, referiu que os outros 20% que são homens, não deixa de ser um problema menos importante e até de alguma maneira mais especial, porque a violência doméstica acaba por ser mais dura de encarar perante a Sociedade. Terminou dizendo que a sua Bancada iria votar favoravelmente.

A Presidente da Assembleia interveio, dirigindo-se ao público no sentido de saber se havia alguma inscrição, não tendo havido, voltou a dar a palavra às Bancadas.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE, que em resposta a Manuela Santos da Bancada do PS, referiu que o que estava escrito tratava-se particularmente de um crime de género, porque eram mulheres, acrescentando mais um fator de exclusão social implementado.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou o **Voto - Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres - 25 de novembro**, a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Centro Social do Sobralinho a disponibilização da sala. Em resposta às questões colocadas pelo eleito António Sequeira da Bancada da CDU, sobre o problema dos monos e dos resíduos urbanos, disse que esta situação tem tido progressos e também retrocessos. Disse ter questionado a Câmara, mas a informação que tem, é que há falta de pessoal, e que a situação está a ser tratada.

Sobre os monos, falou que estava acordado essa recolha passar para a Junta, mas naquele momento ainda era um serviço da responsabilidade da Câmara, disse que essa situação era complicada até porque a Junta não tem equipamentos para fazer esse serviço e se para a Câmara era difícil muito mais o seria para a Junta.

Sobre o aterro do Mato da Cruz, referiu que a acumulação de depósito de lixo, estava a provocar um ajuntamento anormal de gaivotas no local, e que esse problema se devia à Empresa Valorsul estar com avaria na incineradora.

Ainda em resposta à Bancada da CDU e às questões colocadas pelo eleito Vitor Torres, sobre o problema existente na Rua da Juventude, referiu a mesma não estar ainda em fase de obra. Informou que esteve no local com a Eng^a responsável, informando esta, haver problemas a nível do subsolo que teriam de ser resolvidos

antes de qualquer outra intervenção. Sobre o Casal das Areias, falou que os sumidouros e manilhas foram desobstruídos pelos Serviços Municipalizados e pensava que não voltaria a haver problemas.

Em resposta ao eleito João Mendes da mesma Bancada e sobre a questão do terreno no cemitério novo, disse que este Executivo não se responsabilizava porque aquele assunto era da responsabilidade da Câmara. Informou que em mil novecentos e setenta e um, a Junta comprara o terreno para a Câmara instalar o cemitério, tendo mais tarde murado a área por indicação da mesma. Uma parte do terreno teria sido doado ao Município, mas nunca foi feita escritura do mesmo, vindo agora o proprietário reclamar essa parcela de terreno. Referiu ter conhecimento de que a Câmara iria fazer um acordo extra-judicial com o proprietário e só depois da situação estar resolvida é que a Junta avançaria.

Em resposta a Pedro Alves da Bancada da CM, disse não se pronunciar sobre o Voto de Louvor, passando a dirigir um cumprimento ao agente Pedro Luz, pela posição que tomou, congratulando-o pela sua intervenção.

A João Fernandes da Bancada do BE, referiu também, não se pronunciar sobre o Voto de Saudação, e relativo aos atrasos verificados nos despachos de documentos aprovados nas Assembleias, falou que no último ano a assessoria à Assembleia de Freguesia, tinha estado a ser feita por pessoas em projetos CEI, que não funcionou, estando a ser tratada a colocação de uma pessoa a tempo inteiro, para normalizar todos estes processos. Sobre a documentação que estava pendente, informou que tudo foi devidamente encaminhado para as respetivas Entidades.

Da questão da aplicação de herbicidas e respetivos comunicados, falou que segundo apurou só um foi colocado sem a respetiva data; explicou que é entregue aos funcionários o comunicado pré-preenchido, sendo só colocar a data do dia, quando procedem à aplicação, o que não foi feito; pelo que já foram chamados à responsabilidade para que não volte a acontecer.

Sobre os comunicados da Junta que estão em falta no site, disse que iria verificar a fim de ser regularizada a situação. Relativo à segurança de peões e avaria sistemática do botão nos semáforos na Rua da Indústria, iria encaminhar para a Câmara.

Respondendo logo após ao eleito José Chumbo da Bancada do PS, sobre a questão da aplicação dos herbicidas, disse já ter esclarecido essa situação, e referindo a limpeza no Bairro Novo da Figueira no Sobralinho, disse não considerar ser dos piores, pois quinzenalmente era feita limpeza no local. Ainda sobre esta questão e a Delegação de Competências, falou que as verbas que estavam a ser disponibilizadas não permitiam que houvesse um varredor diariamente em todas as artérias.

Informou que a Empresa contratada e a fazer limpeza no Sobralinho, Bom Sucesso e Quinta das Drogas, iria terminar o contrato no dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, e que o mesmo não seria renovado, pois a Junta iria assumir diretamente a limpeza e varrição urbana, estando a preparar já a abertura do concurso para integração de pessoal para esses serviços, bem como a máquina varredoura já adquirida.

Referindo o Casal das Areias e concretamente as zonas envolventes aos contentores do lixo, disse que os funcionários, recolhem o que está depositado pelo chão e colocam dentro dos contentores, sendo essa a prática corrente, e que o principal problema são os recicláveis que não são recolhidos com regularidade, gerando acumulação de lixos pelo chão.

Da placa de informação de colocação de herbicidas existente junto à ribeira perto da antiga Escola Básica no Sobralinho, disse a mesma ser apenas de caráter acessório.

Ainda em resposta a José Chumbo da Bancada do PS, sobre o problema de acesso ao Casal das Areias, informou que da parte dos SMAS tinha havido intervenções, para resolução de alguns problemas, e sendo uma via em calçada tornou-se mais complicado; disse que a Junta teve cedência de equipamento camarário e esteve a fazer alguns melhoramentos na zona através de colocação de detritos para minimizar os problemas a nível do pavimento, referindo que o mesmo foi feito também junto à escola de Arcena. Sobre os planos de recargas de alcatrão, informou que logo que possível iria fazer chegar o mesmo, porque já havia um plano anterior ao início do mandato, tendo sido feito um acréscimo ao mesmo, a fim de contemplar outras situações que também careciam de intervenção. Referiu que este novo plano já com os ajustamentos necessários foi enviado para a Câmara e se estava a aguardar a respetiva informação.

Falou da Estrada de Arcena, junto ao viaduto, com piso em muito mau estado, mas que segundo informação da Câmara, em dois mil e dezanove seria feita aplicação de betuminosa fria, para melhoramento, referindo ainda a necessidade de ampliação do passeio.

Sobre as obras na Rua das Amendoeiras no Sobralinho, disse já terem terminado, tendo sido também feita a reposição do piso em alcatrão.

Em resposta a Rui Valadas do CDS, sobre a Praça Engenheiro Vaz Guedes, disse que o processo estava pendente de despacho da Assembleia Municipal e tinha de se aguardar. Sobre as passadeiras referiu que as mesmas não deveriam ter sido remarcadas pois não resultou, e que teria de se pintar de preto. De qualquer modo alertou para o facto de no local não existir qualquer sinal de passadeira.

Sobre sinal de cargas e descargas na Rua da Indústria, disse o mesmo estar colocado indevidamente e que teria de ser substituído por um de estacionamento, visto a Empresa pagar uma reserva de espaço. Esse sinal já fora solicitado à Câmara e estava a aguardar-se para posterior colocação. A placa colocada no portão é da exclusiva responsabilidade da referida Empresa.

Sobre o mau funcionamento da ETAR, disse já ter encaminhado informação à Câmara, sobre os problemas que estavam a ocorrer, referindo a Rua Infante D. Pedro, onde se verificaram algumas inundações, devido a levantamento de tampas e saída de águas de esgoto para a via pública.

Sobre a questão da viatura da Junta de Freguesia em serviço na Av. Capitão Meleças, confirmou ter sido um pedido feito pela APOGMA, tendo o mesmo sido autorizado. Informou que futuramente essas situações serão tratadas ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo.

Em resposta a Luís Carvalho do PS, e sobre a previsão de data para transmissão online das Assembleias, referiu ser cedo ainda para apontar uma data, pois havia que solicitar orçamentos, havia que analisar a parte técnica devido à mobilidade das Assembleias, o que poderia criar algumas dificuldades, mas havia verba orçamentada e isso era o fundamental para avançar.

Sobre o apoio jurídico, disse que a Junta não tem apoio jurídico, mas sim um serviço de aconselhamento para apoio às necessidades da população. Este serviço é realizado todas as quartas-feiras, mediante marcação prévia na secretaria da Junta, e sendo um serviço social e do conhecimento de todas as pessoas, não está publicitado no site.

Seguidamente usou da palavra José Chumbo da Bancada do PS, que ainda sobre a aplicação de herbicida, voltou a referir que o Edital que vira, tinha somente a informação de que a aplicação seria de dia um a dia trinta e um, e nada mais.

O Presidente da Junta em resposta, voltou a dizer que realmente tinha havido falhas, já se tinha falado com o funcionário responsável, para situação idêntica não voltar a acontecer, ou em último caso alterar o procedimento e os Editais passarem já a sair com data impressa.

Rui valadas da Bancada do CDS, interveio dizendo que concordava com o que fora dito pelo Presidente da Junta, sobre a questão de não estar colocado o sinal de passadeira e que os peões também tinham responsabilidade, mas referindo o cruzamento junto à Av. Infante D. Pedro, disse que as pessoas sempre conheceram uma passadeira no local e para os mais idosos o risco tornava-se ainda maior; segundo a sua opinião esta situação tinha de ser acompanhada com algum cuidado. Ainda sobre a viatura da Junta em serviço na Av. Capitão Meleças, disse suscitar-lhe algumas dúvidas e que faria chegar documentação que tinha em seu poder.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia deu por encerrado o período antes da ordem do dia, passando-se ao **Ponto 1- Eleição de um Vogal para o Executivo da Junta de Freguesia.**

Pediu a palavra a eleita Manuela Santos da Bancada do PS, que referindo-se à D^a. Felizarda, dirigiu-lhe um agradecimento por ser a pessoa que é, desejando-lhe sorte para o futuro e demonstrou-lhe todo o seu carinho e amizade.

Logo após a Presidente da Assembleia passou a ler a carta de renúncia de mandato da D^a. Felizarda Correia, para conhecimento de todos os presentes.

Logo de seguida, o Presidente da Junta dirigiu um agradecimento à D^a. Felizarda, referindo o seu sentido de humanidade e de serviço público, deixando-lhe também um abraço de solidariedade e votos de um Feliz Natal.

Continuando a sua intervenção disse que o Executivo ia propor o eleito Vitor Torres da Bancada da CDU, para substituição de Felizarda Correia no Executivo.

A eleita Manuela Santos do PS, interveio novamente dizendo que o território do Sobralinho, iria ficar diminuído representativamente no Executivo, no caso de Vitor Torres vir a ser eleito.

Não havendo mais intervenções, passou-se à eleição do vogal para o Executivo. Após abertura da urna procedeu-se à contagem dos votos tendo sido eleito para vogal Vitor Torres, com **onze votos a favor, um voto contra e sete votos em branco.**

A Presidente da Assembleia, deu-lhe as boas vindas e votos de parabéns, solicitando ao mesmo que tomasse o seu lugar no Executivo a fim de se prosseguir os trabalhos.

Passou-se ao **Ponto 2 - Tomada de posse de Membro da Assembleia de Freguesia.**

Da bancada da CDU, usou da palavra o eleito António Sequeira, que passou a ler o documento em que é proposto o nome de Maria Fernanda Gomes para ocupar o lugar vago na Bancada da CDU.

A Presidente da Assembleia solicitou à eleita Maria Fernanda Gomes que viesse à mesa para ler e assinar o documento de compromisso de honra, o que após a mesma o fazer, deu-lhe as boas vindas pedindo que a mesma ocupasse o seu lugar na respetiva bancada.

Passou-se ao Ponto 3 - Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

O Presidente da Junta iniciou a sua intervenção, dando as boas vindas ao eleito Vitor Torres, desejando-lhe um bom trabalho. Disse ainda estar disponível para responder às questões que quisessem colocar.

O eleito José Chumbo da Bancada do PS, usou da palavra e referindo-se à informação escrita do Presidente da Junta, disse que tinha várias questões a colocar, começando pela cerimónia de Comemoração dos vinte e cinco anos do Agrupamento, realizada no dia nove de novembro de dois mil e dezoito nas instalações da SFRA, em que não esteve presente nenhum membro do Executivo e que gostaria de saber a razão, e que tinha conhecimento de que o Presidente da Junta tinha estado numa reunião realizada no mesmo dia no salão nobre da Junta de Freguesia.

Sobre a reunião havida com os CTT no dia 22 de novembro, também pretendia alguns esclarecimentos.

Referindo a documentação recebida, disse constar um erro na página 11, mas que entretanto tinha recebido mail com a respetiva correção.

Acerca dos contratos sob adenda, falou que a Bancada do PS, há já um ano atrás tinha votado contra a autorização prévia, pois não passavam cheques em branco sem saber o que estavam a autorizar.

Relativamente à aquisição da varredora, pretendia saber em que ponto estava a situação, bem como em relação à Empresa CityHall e ao ajuste direto, pretendia esclarecimento sobre o objetivo e fim do respetivo contrato.

O eleito António Anastácio da Bancada da CDU, interveio questionando o Executivo no sentido de saber informação sobre a atribuição do novo código classificação de atividades económicas e qual o motivo do pedido deste novo código para a União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

Ainda da mesma Bancada interveio a eleita Fernanda Gomes, que começou por falar do mau serviço que estava já algum tempo a ser prestado pelos CTT, não só na Freguesia como a nível Nacional, referindo desde os atrasos em entrega de correspondência, a falta de pessoal para o bom funcionamento dos serviços, entre muitos outros problemas que acabavam por afetar toda a gente que dependesse desses mesmos serviços, e que gostaria de saber se o Executivo tinha alguma informação que pudesse dar sobre essas questões.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta, que em resposta ao eleito José Chumbo da Bancada do PS, em relação à cerimónia realizada na SFRA no dia nove de novembro, disse não ter podido estar presente por motivos de agenda de última hora, não tendo por esse motivo ter sido possível a sua substituição.

Sobre a questão dos CTT, disse que já era notório alguma melhoria no serviço de entrega postal, e referindo a reunião realizada no dia vinte e dois de novembro, frisou que a Junta de Freguesia não podia continuar a financiar o serviço privado. Falou que na Delegação do Bom Sucesso o tráfego era muito elevado, ocupando a funcionária da Junta a tempo inteiro com aquele serviço, e da parte dos CTT não havia uma compensação justa, daí esta situação estar a ser analisada, pois a Junta pretendia continuar a prestar o serviço, mas tinha de ser revista a parte compensatória.

Continuando a sua intervenção referiu o erro constante nos documentos o qual foi detetado à posterior e enviada a respetiva correção, falando seguidamente do protocolo assinado com a AISC.

AME
OP

Sobre a questão da autorização genérica disse ser somente uma permissão ao Executivo de assumir compromisso de valores que já estão cabimentados e orçamentados, permitindo em muitos casos a redução do custo de investimento comprando a mais baixo preço. Falou que a autorização genérica é sempre trazida à Assembleia para conhecimento e que até pode ser consultada na base GOV, situação que anteriormente nem acontecia; referiu que o Executivo estava a cumprir a Lei para além de poupar dinheiro à Junta.

Sobre os serviços prestados pela Cityhall, Empresa que faz consultadoria, disse ser prática corrente em todas as Juntas do Concelho, pois nenhum eleito tem capacidade jurídica nem conhecimentos para validar compromissos, e sem isso não se consegue trabalhar a não ser que se contrate um advogado a tempo inteiro.

Em resposta ao eleito António Anastácio da Bancada da CDU e sobre a questão do novo código de classificação económica, disse que esta situação deveria ter sido tratada pelo anterior Executivo, quando foi feita a agregação das duas freguesias; deveria ter sido feito registo de início de nova atividade a nível fiscal, que teria permitido automaticamente a importação de todo o património, sem quaisquer custos para a Junta. Não tendo sido nada tratado anteriormente, naquele momento estava a ser feito, com despesas elevadíssimas, inclusive pagamento de multas, para além de ser necessário fazer levantamento de todo o património existente para posterior registo a nível fiscal.

Não havendo mais questões, passou-se ao **Ponto 4 - Proposta de Alteração do Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, anexo de Alverca do Ribatejo (Rua Dom Nuno Álvares Pereira, Rua das Faias e Rua Dona Luísa de Gusmão)- Aprovação**

Foi dada novamente a palavra ao Presidente da Junta, que dirigindo-se às Bancadas, disse que iria apresentar este ponto 4, conjuntamente com os pontos 5, 6, 7 e 8, pois todos eles se referiam a alterações idênticas em arruamentos na freguesia, ficando a faltar a Av. Infante D. Pedro devido às obras a decorrer no local. Referiu que o pretendido com estas alterações era permitir uma maior segurança, melhor estacionamento e uma melhoria na circulação.

Foi dada a palavra às Bancadas, usando da palavra o eleito José Chumbo da Bancada do PS, que disse concordar com a inclusão de todos os pontos referidos na mesma discussão, mas mais uma vez alertou para o facto de haver uma comissão de trânsito e que a mesma deveria ter tido conhecimento prévio destas alterações. Deixou uma chamada de atenção referindo documentos em que consta a assinatura do Tesoureiro, quando deveria ser a do Presidente e que seria bom essas situações serem verificadas.

Sobre as alterações ao Regulamento de Trânsito apresentadas, disse que as mesmas deveriam estar mais bem documentadas, pois não havia pareceres de nenhuma Entidade, referindo a PSP e Bombeiros, e que esperava que a falta de documentos não viesse a ser um entrave para a sua aprovação.

Sobre a Rua do Moinho, questionou a Presidente da Assembleia, no sentido de saber se da sua parte tinha havido algum patrocínio em nome da comissão de trânsito relativo a esta alteração, devido a este assunto ter sido apresentado por um freguês numa Assembleia anterior.

Em relação à Rua Diamantino Freitas Brás na Quinta do Forno, disse que esta alteração iria fazer com que os moradores que residem no final da rua, tenham de passar a fazer um percurso muito mais longo. Voltou a falar que deveria ter havido

uma consulta prévia à Comissão de Trânsito, bem como pedidos de parecer à PSP e Bombeiros sobre esta alteração.

Seguiu-se a intervenção do eleito Amândio Delfino do BE, que sobre a falta de informação à comissão de trânsito, disse não se pronunciar, pois o eleito José Chumbo já o tinha feito. Em relação às propostas apresentadas disse que a sua Bancada estava de acordo em termos genéricos, mas referiu a Av. Infante D. Pedro e a rotunda do Jumbo, que considerava ser de intervenção prioritária. Falou que as questões de fundo relativo ao trânsito na Cidade de Alverca ainda estavam muito longe de ficarem resolvidas.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da CM, que referindo a intervenção do eleito José Chumbo da Bancada do PS, disse concordar com o mesmo sobre a Comissão de Trânsito, pois se a mesma existe deveria ter tido conhecimento prévio destas alterações. Questionou o Executivo sobre a existência ou não de pareceres por escrito sobre as alterações agora apresentadas.

Sobre o Ponto 6 - Rua Soeiro Pereira Gomes, falou que o cruzamento proposto era também de fraca visibilidade e que se deveria pensar em adotar outras medidas, entre elas a redução de velocidade.

Sobre o Ponto 7- disse que os moradores iriam fazer um trajeto maior, mas que era uma solução.

Por fim referindo o Ponto 8- falou que o sentido privilegiado na proposta só faria sentido se fossem criados dispositivos de limite de velocidade.

Logo após interveio Rui Valadas da Bancada do CDS, que sobre os pontos apresentados, começou por dizer que a alteração proposta para a Rua das Faias não suscitava problemas de maior, e sobre a Rua do Moinho também não tinha questões a colocar. Sobre as alterações na Rua Soeiro Pereira Gomes, disse concordar com o eleito Pedro Alves, pois não lhe parecia ficar garantida a fluidez de trânsito e a visibilidade no cruzamento proposto também não lhe parecia ser a melhor. Referindo também a Rua Diamantino Freitas Brás, disse que as alterações propostas iriam alongar o percurso a quem mora no final da rua e para o acesso a veículos de emergência, pensava que não seria esta a melhor solução. Voltou a referir a importância de sensibilização junto da PSP para uma maior fiscalização e atuação. Antes de terminar a sua intervenção e sobre as alterações na Estrada da Proverba, disse que iria permitir um melhor escoamento de trânsito, mas que seria bom analisar a questão do limite de velocidade; ainda sobre sinalização, falou que no final da rua, mais propriamente no cruzamento com a Rua Manuel Fonseca, lhe parecia estar em falta um sinal de proibição de voltar á direita, e que seria importante mais tarde analisar esta questão.

Não havendo mais intervenções das Bancadas, foi dada a palavra ao Presidente da Junta que em resposta às mesmas, começou por dizer que a Assembleia é que remete à Comissão de Trânsito, e que o entendimento do Executivo foi trazer estas propostas diretamente à Assembleia e sendo a mesma soberana, poderia ou não baixar à Comissão de Trânsito.

Respondendo ao eleito José Chumbo da Bancada do PS, disse que na Rua Diamantino Freitas Brás este era o único sentido possível, devido à percentagem de inclinação ser elevada e superior a 5%, situação que também se verificava na Rua do Moinho, grande inclinação e também pouca visibilidade. Falou dos pedidos de pareceres à PSP e Bombeiros para estas alterações, tendo algumas sido aconselhadas por estas duas Entidades, até por questões de uma maior segurança.

Ainda referindo a Rua Diamantino Freitas Brás e o facto de os moradores terem de percorrer uma maior distância, disse não concordar pois a distância acabaria por ser a mesma que faziam anteriormente.

Referindo a Estrada da Proverba, falou que a proposta da PSP, divergia da proposta dos Bombeiros, mas que relativo a haver um sentido único até houve concordância.

Em resposta ao eleito Rui Valadas, da Bancada do CDS, disse o mesmo ter razão ao referir a falta de um sinal na saída da Rua Manuel da Fonseca, sendo que o existente só tinha proibição de virar à esquerda.

Sobre a questão colocada pelo eleito Amândio Delfino da Bancada do BE, relativo à Av. Infante D. Pedro, disse nada ter avançado ainda devido às obras a decorrer no local; informou que a Câmara Municipal iria adquirir um terreno particular para estacionamento entre a Escola Gago Coutinho e a Nestlé, com uma saída direta para a Rua Vilar Queirós, havendo também um projeto para uma rotunda junto ao Futebol Clube de Alverca que iria descomprimir o trânsito na rotunda do Jumbo e na Rua da Indústria.

Sobre a rotunda na Nacional 116 e entroncamento com a Rua Alves Redol, informou ser da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal o que poderia ser mais difícil de implementar, mas que iria ser encaminhado para a Câmara Municipal.

Em resposta ao eleito Pedro Alves da CM, sobre as medidas de redução de velocidade, disse que em Alverca a velocidade máxima de circulação é de 30 Km, estando esta intrínseca no Código da Estrada bem como no Regulamento de Trânsito; informou também que no início do ano iria ser implementada mais sinalética, referindo a proximidade de escola, bem como limite de velocidade 30 Km nas vias principais.

Sobre a Rua Soeiro Pereira Gomes, falou que esta alteração vai fazer com que haja uma maior fluidez do trânsito e uma maior segurança, porque o cruzamento da Rua da Paz e acesso à Estrada de Arcena é de visibilidade reduzida e de grande perigo.

Sobre a sensibilização das Forças de Segurança, referiu que é uma questão abordada em todas as reuniões e é sempre solicitado que atuem em conformidade com o que está implementado.

Sobre a Estrada da Proverba, informou que estas alterações vêm de encontro a solicitações de moradores, e que já encaminhara para a Câmara Municipal o pedido de passadeiras ou lombas sobre elevadas, por causa do abuso de velocidade.

Referiu que relativo a este pedido os serviços Camarários já tinham enviado resposta dizendo que só após a alteração ao Regulamento de Trânsito e intervenção para reparação de piso na Estrada da Proverba e Estrada de Arcena, que estava previsto para início do ano, é que avançariam com marcação de passadeiras ou lombas sobre elevadas.

Ainda sobre a questão levantada pelo eleito José Chumbo do PS, sobre haver documentos assinados pelo Tesoureiro, disse serem do pelouro do mesmo, daí a sua assinatura, e que em circunstâncias que haja documentos para assinar e o mesmo não esteja, serão assinados pelo Presidente.

Terminada a intervenção do Presidente da Junta, foi dada a palavra às Bancadas, intervindo o eleito José Chumbo da Bancada do PS, que disse acreditar que o Executivo tivesse na sua posse documentos que a Assembleia desconhecia, bem como a Comissão de Trânsito, e que a sua Bancada não iria pôr em questão as alterações propostas, e havendo a necessidade de aprovar, iriam fazê-lo.

Pedi a palavra o eleito Pedro Alves da CM, que na qualidade de membro da Comissão de Trânsito, referiu que o procedimento nestas situações passaria sempre

ME
EP

por reunir o máximo de documentação possível, pareceres de Bombeiros, PSP e outras Entidades, para conhecimento de todos e agilização dos processos de modo a serem mais céleres.

Seguidamente, interveio o eleito António Sequeira da CDU, que começou por dizer que entendia que as questões colocadas até tivessem alguma pertinência, mas que estava tudo devidamente esclarecido pelo que não lhe parecia haver qualquer necessidade de continuar a esmiuçar.

Voltou a usar da palavra o eleito José Chumbo, dizendo que a sua bancada iria aprovar as alterações apresentadas, e que a sua chamada de atenção foi só no sentido de em situações futuras, o Executivo reunir mais documentos, a fim de evitar atrasos ou devolução de processos por falta de pareceres.

A Presidente da Assembleia usou da palavra, solicitando ao Presidente da Junta, que lhe fizesse chegar os pareceres que tivesse em seu poder relativo a estas alterações, a fim de agilizar os processos.

O Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que já tinha enviado um pedido de alteração para a Rua Maria Eduarda Seguro de Faria, e que até agora o Executivo continuava a aguardar uma resposta da Comissão de Trânsito.

Sobre os pareceres, disse os mesmos não terem carácter vinculativo, sendo unicamente um suporte de apoio técnico, mas que iria enviá-los caso os quisessem. Terminou dizendo que em diversos casos, os pedidos para além de terem sido feitos pela população, foram também sugeridos pela PSP e Bombeiros.

Voltou a intervir o eleito José Chumbo, que referindo a intervenção do Presidente da Junta sobre o pedido enviado para a Comissão de Trânsito, disse que à data não tinha qualquer conhecimento deste assunto.

A Presidente da Assembleia em resposta ao eleito José Chumbo, falou que iria verificar esta situação e informaria posteriormente sobre a mesma.

Não havendo mais questões por parte das bancadas, passou-se à votação dos pontos individualmente.

Ponto 4 – aprovado por unanimidade.

Ponto 5 – aprovado por unanimidade.

Ponto 6 – aprovado por maioria com um voto contra da Bancada do CDS

Ponto 7 – aprovado por unanimidade.

Ponto 8 – aprovado por unanimidade.

Passou-se ao **Ponto 9 - Nomeação de uma Comissão de Desporto e Cultura.**

O Presidente da Junta usou da palavra dizendo que este ponto vinha de encontro e em cumprimento de pedido feito pelas Bancadas.

Não tendo havido qualquer questão por parte das Bancadas a Presidente da Assembleia solicitou às mesmas que indicassem os membros que iriam fazer parte

desta Comissão, tendo sido indicados pela seguinte ordem os eleitos: Pedro Ferreira da CDU, Rita Aleixo do BE, Joana Simões do PS, Pedro Alves da CM e Rui Valadas do CDS, ficando assim constituída a referida Comissão.

Passou-se de imediato ao Ponto 10 - Proposta de Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – Aprovação.

Usou da palavra o Presidente da Junta que começou por referir a reunião já tida com os líderes de Bancada, dizendo também que tinham sido feitas duas alterações ao documento, sendo uma delas a eliminação do Ponto - 3 - Atleta em nome individual, por motivo de não ter legalidade e a introdução da tabela e fórmula de cálculo para conhecimento.

Pediu a palavra o eleito José Chumbo do PS, que referiu a sua Bancada ir fazer uma declaração de voto neste ponto, pois tratava-se de uma responsabilidade não só política como também social. Falou que o Movimento Associativo era forte e dinâmico, e o apoio ao mesmo era uma causa relevante, não podendo estes serem prejudicados.

Sobre este Regulamento disse haver ainda situações a rever e a melhorar no mesmo, mas a sua Bancada subscreve-o na generalidade e iria aprová-lo. Disse esperar que dentro de um ano, estivessem novamente a revê-lo, essa era a responsabilidade da Comissão que fora formada, que teria de mostrar trabalho, sempre para a melhoria. Falou que tinha de haver sentido cívico, e que o “bota abaixo” não trazia mais valias.

Seguiu-se intervenção do eleito Rui Valadas do CDS, dizendo que este documento estava mais adequado à sua finalidade, congratulando-se também por ver incorporadas no mesmo sugestões da sua Bancada. Referiu ainda que o mesmo refletia uma pluralidade de visões e que o grande desafio tinha a ver com a sua aplicação na prática cabendo ao Executivo informar da mesma, manter atualizado todos os registos e dar nota sempre que solicitados.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE, dizendo não ter grandes questões sobre este ponto, que o documento respondia a uma preocupação de todos os eleitos, e que na reunião onde todos participaram todas as questões foram colocadas. Referiu que a concessão de apoio obedecia a regras mais claras e definidas e aquele Regulamento tinha o mérito de o conseguir.

Pediu a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse este documento ser bem melhor que o anterior e que todos os contributos para o vir a melhorar eram bem vindos.

A Presidente da Assembleia interveio dizendo que a função era mesmo essa, o melhorar cada vez mais.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da CM, que iniciou a sua intervenção dizendo que este documento deveria ter sempre a capacidade de evoluir, que o Movimento Associativo estava bem vivo e que a sua Bancada iria votar favoravelmente.

Seguidamente interveio o Presidente da Junta, que sobre a reunião havida com todas as bancadas sobre este Regulamento, disse haver sempre a possibilidade de fazer ajustes e alterações conforme a prática o fosse requerendo. Falou que no início do ano iria reunir com o Movimento Associativo, para também perceber as necessidades relativas a apoios, referindo que teria de ser feito um ajuste da data para a entrega de

MC &
EP

candidaturas. Ainda sobre esta questão disse que durante o próximo ano este documento ir-se-ia ajustando às realidades e que o apoio a nível de verba iria ser idêntico para todos.

Pediu a palavra o eleito José Chumbo da Bancada do PS, que referindo a Comissão disse que a mesma iria trabalhar em conjunto com o Executivo e com o Movimento Associativo, a fim de melhorar este documento e dentro de um ano estarem a apresentar um ainda melhor que o atual.

Não havendo mais intervenções, este ponto foi colocado a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se o **Ponto 11 - Proposta de Mapa de Pessoal para 2019 – Aprovação.**

Usou da palavra o Presidente da Junta, que explanou este ponto dizendo haver a necessidade de se proceder a contratação e receber por mobilidade alguns trabalhadores na carreira de Assistentes Técnicos, a fim de colmatar os problemas a nível de serviço criados pela saída por mobilidade de quatro funcionárias no último ano. Informou também que se iria proceder a abertura de concurso para o ingresso nos quadros da Junta, de cinco funcionários na carreira de assistentes operacionais (cantoneiros) para garantir não só um melhor serviço de limpeza urbana e espaço público, como também garantir o cumprimento dos novos acordos de execução e delegação de competências assinados com a Câmara Municipal. Falou que no próximo ano teria de ser criado um Regulamento de Serviços Internos com atribuição de competências e um Regulamento Interno.

Foi dada a palavra às Bancadas, intervindo o eleito José Chumbo do PS, que questionou o Executivo dizendo não entender a opção de contratar ou receber por mobilidade funcionários Administrativos, pois havendo funcionários da Junta em mobilidade, se estes não consolidassem poderiam regressar e assim como se resolveria a questão? Continuou dizendo que se havia um défice de conhecimento na Gestão Autárquica e dependendo do ponto de vista em que estavam, atuavam em conformidade, daí o Executivo estar a apostar em serviços administrativos em detrimento de operacionais.

Seguiu-se intervenção do eleito João Fernandes do BE, que sobre o ponto 5 desta proposta disse ter dúvidas e gostava de ser esclarecido.

O eleito Rui Valadas do CDS interveio dizendo que em reforço do que já tinha sido dito pelo eleito José Chumbo, pretendia saber que perspectivas havia sobre a possível vinda dos funcionários em mobilidade.

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta que em resposta às questões apresentadas disse haver cinco funcionários em mobilidade, quatro na carreira dos Administrativos e um na carreira dos operacionais, dizendo que um Administrativo já tinha consolidado, pelo que iria entrar um, para apoio à Assembleia. Sobre os operacionais disse que se iria contratar cinco funcionários, portanto não lhe parece que a opção do Executivo fosse de aposta em Administrativos, conforme fora referido.

Disse também que a Junta já incorporara nos seus quadros, quatro funcionários na área operacional com contratos a termo resoluto incerto.

ME @
OP

O eleito José Chumbo voltou a intervir dizendo que devido à falta de dados, não era fácil, pois não estava em posse de toda a informação, pelo que a Bancada do PS não se revia nesta forma de gestão.

Seguidamente usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que a documentação estava apresentada e que considerava que o acréscimo de cinco postos de trabalho, fosse positivo.

Voltou a intervir o eleito José Chumbo do PS, dizendo que todos queriam o bem da União de Freguesias, mas que a sua Bancada tomava decisões perante o que lhe era mostrado, com base em documentos e factos.

O Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que ao analisarem o anterior mapa de pessoal e o confrontarem com o atual, neste último, estavam identificadas as situações de mobilidade, referindo ainda que este mapa era uma aposta nos trabalhadores da Junta e em defesa do trabalho.

Solicitou a palavra o eleito João Fernandes do BE, dizendo que pela leitura dos documentos e pelas explicações já dadas, concordava com a admissão dos cinco trabalhadores para serviços de rua e que a sua Bancada estava de acordo com a estratégia seguida pelo Executivo.

O eleito José Chumbo do PS, disse que a sua Bancada não era contra os trabalhadores, mas cada um tinha o seu modelo de gestão.

Interveio o eleito Pedro Alves, da CM, dizendo que a sua Bancada não levantava qualquer objeção à necessidade de admissão de pessoal, e ressaltou a importância da admissão de cinco assistentes operacionais, dizendo esperar que se materializasse em resultados.

Usou da palavra logo após o eleito António Sequeira da CDU, que referiu nenhum Partido ser contra os trabalhadores, apesar de por vezes na prática acabar por o ser.

O Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que este Mapa de Pessoal era uma opção política do Executivo, em defesa dos trabalhadores, da boa execução das competências afetas, e pela internalização dos serviços em detrimento da exteriorização.

Não havendo mais questões sobre este ponto, foi posto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com sete votos contra do PS, três abstenções, duas da Coligação Mais e uma do CDS, e nove votos a favor, sete da CDU e dois do Bloco de Esquerda.**

Seguiu-se o Ponto 12 - Proposta de Autorização Genérica para assunção de Compromissos Plurianuais – Aprovação.

O Presidente da Junta usou da palavra, dizendo que esta proposta refletia o que era fundamental no dia a dia da Junta para um bom desempenho e suprimento de necessidades do serviço. A possibilidade de executar contratos, permitiu que já tivessem sido realizados inúmeros trabalhos, bem como a renegociação de outros contratos, permitiu dar cumprimento às necessidades, com uma maior celeridade e custos mais baixos, referindo também a compra da máquina varredora.

Foi dada a palavra às Bancadas, iniciando a sua intervenção, o eleito Rui Valadas do CDS, disse pretender ter informações mais detalhadas, com mais fundamentação e também queria saber se existia alguma perspetiva que justificasse esta necessidade.

Usou da palavra, o eleito José Chumbo do PS, que referiu a intervenção de Rui Valadas, dizendo que o mesmo já tinha assinalado a importância deste ponto, e que subscrevia as suas palavras. Disse ainda que a celeridade com que o Executivo marcava uma Assembleia por causa da Delegação de Competências, estava no momento presente a ter uma atitude completamente inversa.

O eleito João Fernandes do BE, interveio dizendo que há um ano atrás e sobre o mesmo assunto, a grande questão fora saber como iriam ser gastas essas verbas autorizadas; após a leitura da documentação recebida, verificara que o Executivo se comprometia a prestar informação sobre as verbas a gastar trimestralmente, pelo que solicitava um maior esclarecimento, sobre o âmbito em que seria feito, e com que detalhe, referindo inclusive se seria em Assembleia.

O Presidente da Junta usou da palavra e em resposta ao eleito João Fernandes, do BE, disse que na documentação entregue constavam todos os contratos que estavam no âmbito desta autorização, para além de que estava assumido o compromisso de informar a Assembleia. Falou também que toda a informação sobre os contratos em causa, para além de serem publicitados no site da Junta, iriam sempre documentados detalhadamente para acompanhamento da Assembleia.

Em resposta aos eleitos Rui Valadas do CDS e José Chumbo do PS, sobre a fundamentação, disse esta situação estar prevista na Lei e o Executivo pretender utilizá-la. Referiu também que tudo estava devidamente formalizado, dizendo inclusive que havia contratos herdados e que ainda estavam em vigor. Antes de finalizar deixou bem explícito que os todos os contratos têm o limite do Mandato, sendo este o princípio da responsabilidade. Informou também que os contratos já renegociados no âmbito desta autorização permitiram avançar com obra com mais celeridade e custos mais reduzidos, estando já concluídas várias obras de requalificação pela Freguesia. Terminou dizendo que toda a informação virá sempre à Assembleia.

O eleito Pedro Alves da CM, interveio dizendo que a sua Bancada não seria um impeditivo para esta questão, mas esperava que de facto isto não viesse a ser prejudicial a nível financeiro para a Junta e que se conseguisse investir mais na reestruturação da Freguesia.

Seguiu-se intervenção do eleito António Sequeira da CDU, dizendo a sua bancada ir votar favoravelmente, pois há poupança de verba, uma maior agilização e também uma melhor gestão dos recursos.

Não havendo mais intervenções este ponto foi colocado a votação tendo sido **rejeitado com oito votos contra, sete do PS e um do CDS, quatro abstenções, duas do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Mais e sete votos a favor da CDU.**

Seguiu-se o **Ponto 13 - Proposta de Regulamento de Taxas para o ano 2019 – Aprovação.**

Usou da palavra o Presidente da Junta, dizendo que iria fazer apresentação conjunta dos pontos 13 e 14 visto ambos estarem interligados. Referiu que a necessidade de trazer esta proposta vinha no seguimento do Regulamento de Taxas existentes não estar em conformidade com a legislação, nem ter a fundamentação económica e financeira, conforme previsto no nº 2 do artigo 9º da lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro.

Falou que a tabela de taxas havia já alguns anos não sofria qualquer alteração, e que houve o cuidado de em todos os ajustes se aplicar a prerrogativa da percentagem mais baixa permitida por Lei. Referiu também que a tabela de taxas existente não tem a fórmula de cálculo nem a fundamentação, pelo que se baseava unicamente em proposta apresentada pelo Executivo.

Foi dada a palavra às Bancadas, intervindo o eleito José Chumbo do PS, que disse não concordar com a justificação dada para a aplicação do Regulamento e as alterações ao mesmo, referindo que o último Regulamento de Taxas tinha sido aprovado por unanimidade em 2014.

Disse ser uma questão de opção, pois se o Executivo tivesse aplicado o nº 1 do artigo 9º, simplesmente adicionava a taxa de inflação, como o não fez, o documento agora apresentado tinha inflacionamentos a rondar os 300% em algumas situações; falou não haver componente social neste documento e que o mesmo era penalizador a nível social e também prejudicial para o comércio.

Referiu haver demasiados aumentos, e que era quase como um assalto a quem queria investir e ter uma porta aberta. Dirigindo-se às outras Bancadas disse que seria bom votarem este Regulamento e Taxas com plena consciência do que iriam votar.

A eleita Manuela Santos da mesma Bancada, usou da palavra dizendo que de um modo geral ao analisar as taxas tinha duas questões específicas a colocar, pois fez uma análise aleatória às percentagens de aumentos e verificou que as taxas consideradas normais tinham aumentos na ordem dos 12% enquanto contrariamente a isto as taxas sociais sofriam aumentos entre os 20% e os 60%.

Solicitou também alguma informação sobre as alterações nas taxas de registo e licença de canídeos, referenciando também a descida no valor da taxa de cão de caça. Ainda sobre as taxas disse que no ponto 9 - utilização de salas, verificou um aumento acima dos 300%, e que atendendo às ponderações, pretende saber como pode existir uma diferença de percentagens tão diversa.

Da bancada do BE, interveio o eleito João Fernandes que colocou algumas questões ao Executivo, perguntando qual foi o período de consulta pública, quais os meios de divulgação utilizados e que Entidades foram ouvidas e consultadas antes da elaboração deste Regulamento.

O eleito Rui Valadas do CDS, referindo-se ao Regulamento, disse não entender muito bem o método de aplicação dos valores neste documento, disse não encontrar o artigo das contra ordenações e sobre as taxas e a opção estratégica referiu que os cães de caça deveriam ter uma majoração mais elevada que não via naquele documento. Referindo o cemitério disse que seria mais útil uma maior majoração para os não residentes e não naturais devido ao constrangimento.

Sobre os proprietários dos jazigos disse que os mesmos deveriam ter a opção de os utilizar, o que não acontecia, visto no cemitério de São Sebastião se estar a incentivar o não uso do espaço. Sobre o aumento de 20% nas casas mortuárias, disse neste caso não haver opções pois tratava-se de uma necessidade.

Por fim e sobre a reserva de estacionamento disse ter verificado não haver alteração na taxa dizendo que a mesma deveria ter sido atualizada também.

O eleito Pedro Alves da CM, iniciou a sua intervenção dizendo que havia que conciliar a necessidade de arrecadar receita, tendo também em consideração o fator sócio económico, pelo que questionou o Executivo no sentido de saber se o mesmo considerava que Alverca tivera a nível social uma alteração significativa para este incremento de valores, o que esperava alcançar com esta medida, e qual o propósito.

Não havendo mais intervenções das Bancadas, usou da palavra o Presidente da Junta, que referiu este projeto de alteração de taxas agora apresentado não ter sido feito nem com vontade, nem de ânimo leve; estavam somente a dar cumprimento ao que a Lei determina e esperava que não fosse aprovado, pois se assim acontecesse haveria sempre uma salvaguarda.

Sobre a evolução do meio sócioeconómico, deu a Póvoa como exemplo e referindo-se aos atestados disse ter-se aplicado a taxa mais baixa. Explicou que esta proposta de Regulamento de Taxas era constituída por dois pontos, sendo o 1º a atualização anual e o 2º a aplicação da fórmula mediante documentos. Em relação ao possível desincentivo ao comércio, disse não concordar, pois tinha sido alterado o valor anterior de caução que era muito elevado, tendo sido feito ajuste significativo de modo a incentivar a procura.

Referindo os caniços disse que as taxas foram aplicadas em conformidade com o definido no Regulamento. Na questão do cemitério de São Sebastião, falou que o mesmo estava inativo há muitos anos e se teria de definir o que iria fazer ali, tendo este assunto de ser tratado numa outra Assembleia.

Sobre o aumento de taxa nas casas mortuárias, disse o mesmo ter a ver com a aplicação da Lei, referindo que a anterior tabela de taxas não esta em conformidade com o que está definido por Lei, tendo o anterior Executivo se limitado unicamente a propor valores inferiores, apresentando-os para deliberação.

Ainda sobre as atualizações feitas nesta nova tabela, referiu que o principio seguido foi a aplicação da percentagem mínima em todas as taxas.

Na questão dos caniços explicou que uma das taxas se refere ao registo e a outra taxa à licença anual e que sempre assim foi.

Sobre a questão colocada pelo BE, sobre a publicitação deste Regulamento e Taxas, informou que os documentos estiveram em papel na Sede da Junta para consulta durante o período de trinta dias, tendo também sido publicitado no site, não podendo confirmar exatamente durante que período de tempo.

Falando sobre as Entidades que foram consultadas antes da elaboração deste documento disse ter falado com vários comerciantes e população em geral e que sabia de antemão que iria ser problemático a aplicação das taxas desta tabela. Relativo à formula e fundamentação deste documento, contactou com várias Juntas, tendo informado que só a União de Freguesias da Póvoa e Forte da Casa e a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira estão a cumprir estes requisitos legais; quem não o estiver a cumprir poderá incorrer em sanções no caso de ter uma fiscalização.

A Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra às Bancadas, tendo intervindo o eleito José Chumbo do PS, que referindo o nº 1 do artigo 9º, disse que a Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro não foi revogada tratando-se tudo de uma interpretação jurídica.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da CDU, que disse isto ser uma situação decorrente da Lei e que pouco havia a fazer senão aplicá-la.

Da Bancada do PS, interveio novamente o eleito José Chumbo, que disse ir votar contra, não defendia nem estava contra a Lei, tratando-se unicamente de uma opção política.

O Presidente da Junta usou novamente da palavra dizendo que os pontos 1 e 2 são cumulativos e que se devia aplicar a formulação, que não existia e é obrigatório, daí a aplicação de valores em conformidade com a Lei.

O eleito Rui Valadas do CDS, questionou o Executivo sobre o modo como foi feito objetivamente a baixa de alguns valores da tabela de taxas apresentada, dizendo que o cemitério não devia constar e que relativo aos jazigos, sendo estes uma propriedade privada, tinha sérias dúvidas se os donos poderiam ser impedidos de os utilizar. Sobre reserva de estacionamento estranhava não ter sido feita qualquer alteração nessa taxa.

Voltou a intervir o Presidente da Junta, que respondendo ao eleito Rui Valadas, disse que essa taxa não tinha sofrido alteração, pois não iria ser passada qualquer autorização a particulares, mas somente para atividade económica.

Sobre a taxa do cemitério, disse que a mesma tem de continuar a constar pois é um equipamento Municipal e para o desmantelamento do mesmo só a Câmara o poderá fazer.

Sobre a questão da baixa de valor em algumas taxas disse que o valor aplicado é sempre o do incentivo, baixar e o desincentivo, aumentar.

O eleito Rui Valadas, disse que relativo aos jazigos a taxa deveria ser inflacionada.

O Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que não havia qualquer justificação devido ao facto de o mesmo não ter qualquer atividade.

Não havendo mais intervenções os pontos 13 e 14 foram postos a votação:

O ponto 13 rejeitado – com oito votos contra, sete do PS e um do CDS, quatro abstenções, duas do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Mais e sete votos a favor da CDU.

O ponto 14 rejeitado – com oito votos contra, sete do PS e um do CDS, quatro abstenções, duas do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Mais e sete votos a favor da CDU.

Passou-se de imediato ao **Ponto 15 – Proposta de Orçamento de Receita e Despesa e Planos PPA e PPI para 2019- Aprovação.**

O Presidente da Junta interveio dizendo que este ponto é o principal orientador da ação do Executivo, referindo que o mesmo iria ser explanado pelo Tesoureiro e que estaria ao dispor também para prestar os esclarecimentos que fossem solicitados.

O Tesoureiro no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, dirigindo à D^a. Felizarda palavras de agradecimento pelo seu empenho, dando as boas vindas ao eleito Vitor Torres como membro do Executivo e desejou por fim a todos os trabalhadores da Junta votos de Boas Festas.

Em continuação da sua intervenção, leu documento explicativo da elaboração desta proposta de orçamento, sobre as linhas gerais de orientação do mesmo, e objetivos estratégicos.

Foi dada a palavra às Bancadas, intervindo o eleito José Chumbo do PS, que referiu que após ter lido o conteúdo do orçamento, o que viu foi um decréscimo nos valores da publicidade, cerca de 4.000,00 euros, decréscimo na venda de serviços correntes, cerca de 20.000,00 euros, aumento da despesa em avenças, cerca de 5.000,00 euros e diminuição no investimento, 2.000,00 euros; disse que os acordos com a Câmara poderiam ter feito crescer o orçamento em 100.000,00 euros, e que há uma perda de receita direta da Junta contrariamente a um aumento da despesa em cerca de 30.000,00 euros.

Sobre o PPA e PPI, pediu algumas informações sobre o evento de pastelaria, o que resultou e quais as mais valias, bem como sobre a mostra de fotografia. Referiu que lhe parece haver uma duplicidade no PPA - em algumas verbas refletidas no mesmo, pretendendo saber se o valor de 2.000,00 tem algo a ver com a transmissão online das Assembleias ou não. Falou da verba de 6.000,00 euros destinada à revista, que acabou por nada se fazer, não tendo a mesma chegado a sair.

Por fim questionou sobre a verba de 7.000,00 euros na rubrica parques infantis, pretendendo saber quais os parques que passaram para a Câmara e quais ficaram afetos à Junta; finalizou dizendo que a Junta na sua competência direta onde deveria arrecadar mais verba, decresceu 31.000,00 euros.

Seguiu-se intervenção do eleito Rui Valadas, do CDS, que sobre o orçamento agora apresentado, disse já ter exposto as suas ideias na reunião de preparação prévia e que considerava o mesmo ser um conjunto de diferentes reflexões e diferentes opiniões, sendo sempre do Executivo a opção estratégica.

Disse haver três vetores que considerava estratégicos e prioritários, sendo eles o incremento de nova tecnologia, intervenção na degradação do espaço público e um desenvolvimento sócio-cultural mais participado da população em termo de atividades. Sobre os pontos que acabara de enunciar, disse que neste orçamento estava refletido a intenção do Executivo de avançar; no que respeita à degradação do espaço público, disse que este vetor exigia um levantamento mais aprofundado e não se verificava neste documento essa intenção, mas sim unicamente a manutenção corrente das áreas.

Referindo o desenvolvimento sócio-cultural, disse existir uma atividade e continuidade do Movimento Associativo, mas que não se verificava o incremento que pudesse vir a trazer mais participação, integração, qualidade e mais diversidade. Disse verificar uma redução no investimento e tudo estar muito pendente do grau de realização de receita. Continuando a sua intervenção disse pretender alguns esclarecimentos referindo o aumento de verba na rubrica – Estudos e Parecer; sobre Seminários e Exposições, disse que no plano de atividades constavam vários eventos, não lhe parecendo nada enquadrados; sobre os projetos do IEFP, pretendia saber também o seu enquadramento funcional; sobre a receita de capital e cemitérios queria algum esclarecimento; referindo a rubrica dos Investimentos, sobre a construção do Mural, pretendia saber o enquadramento do mesmo, a temática e o seu objetivo, até porque disse ainda, não lhe parecer a altura ideal devido a haver outras obras mais prementes e a necessitar de intervenção.

Usou da palavra logo após, o eleito João Fernandes do BE, dizendo não ter questões a apresentar sobre este ponto, pois já tinha colocado todas as dúvidas em reuniões havidas com o Executivo, de qualquer modo após a intervenção do Presidente da Junta iria ler uma declaração de voto da sua bancada.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da CM, que referiu ter várias questões a colocar, dizendo também que o orçamento é a capacidade de gestão do Executivo. Referiu que a Freguesia de Alverca e Sobralinho continuava em expansão o que trazia

RE
P

desafios e constante reestruturação; disse já ter falado pessoalmente sobre a questão de alargamento de algumas ruas, incentivar mais e melhor comércio, mais esplanadas, e assim trazer as pessoas para a rua.

Sobre as transmissões em direto das Assembleias já tudo fora falado e disse esperar que dentro de um ano todos estivessem presentes e a dizer que algo mudara e fora feito, finalizou dizendo que o sentido de voto da sua Bancada iria ser de aprovação.

O eleito José Chumbo do PS, voltou a intervir dizendo que comparando este orçamento com o anterior, sucintamente disse que a diferença era que neste havia um decréscimo a nível da rubrica do pessoal e um aumento na rubrica dos órgãos autárquicos, sendo assim não se verificando grandes novidades a nível orçamental e sendo mais do mesmo a sua Bancada iria votar contra.

Não havendo mais intervenções das Bancadas, o Presidente da Junta pediu a palavra e em resposta ao eleito José Chumbo, disse que neste orçamento estava refletida a estratégia do Executivo. Referindo as fiscalizações falou que a Junta não tinha capacidade de fiscalizar, cabendo à Câmara Municipal fazê-lo. Sobre as perdas de receita informou que havia um grande decréscimo na publicidade devido a entidades com dividas por regularizar, encontrando-se algumas em tribunal para resolução, daí não se poder justificar o injustificável.

Sobre o evento da pastelaria, foi definido que o mesmo continuaria, informou que o bolo continuava a ser confeccionado nas pastelarias e com procura pela população. As verbas angariadas no evento tinham sido encaminhadas para o Movimento Associativo e podia-se considerar que fora um êxito.

Relativamente aos parques infantis e de jogo, informou não haver neste momento um registo atualizado, pelo que se estava a aguardar resposta da Câmara, sendo que o único que é da Junta sem qualquer margem de dúvida, é o da Quinta da Vala; para além de outras situações que também não havia registo referindo o Património e outras questões herdadas.

Continuou a sua intervenção dizendo que mesmo querendo fazer o melhor cometem-se erros e no fundo o intuito é sempre fazer o melhor.

Sobre a questão da revista disse que no orçamento anterior a verba não estava prevista daí a mesma não ter sido feita nem editada.

Referindo os valores de receita direta, disse ser a média dos últimos vinte e quatro meses; se os valores eram mais baixos, a receita inscrita era a real não podendo ser hipotética, daí não concordar com o eleito José Chumbo do PS, ao dizer que havia menos 30.000,00 euros na receita.

Em resposta ao eleito Rui Valadas do CDS, disse concordar com a afirmação que o mesmo fez ao referir-se ao Orçamento dizendo que este reflete as opções políticas e estratégicas do Executivo; referiu também que as verbas para investimentos, requeriam cuidado pois tratavam-se de dinheiros públicos.

Sobre as iniciativas, disse que há que manter as já existentes e que tiveram êxito, daí continuarem inscritas, para além de constarem também novas iniciativas.

Em relação à degradação do espaço público, disse que está muito dependente da Câmara Municipal e da Administração Central, referindo dois projetos de requalificação, um para a Quinta da Vala e outro para a Quinta das Drogas, a submeter à Câmara Municipal.

Ainda sobre a questão levantada pelo eleito Rui Valadas, não concordando com o enquadramento de iniciativas com o título seminários e exposições, referiu que esta rubrica era a que tinha melhor enquadramento para a inclusão dessas atividades.

Em relação ao plano de investimentos e ao Mural no Bom Sucesso, informou ter sido um fator de peso, a solicitação da população; daí o mesmo ter de representar a cultura

ME
OP

de grande parte da população residente na área, pelo que seria o canto alentejano; os alentejanos e também o Rio Tejo.

Respondendo ao eleito Pedro Alves da CM, disse concordar com o mesmo, quando falou em alterações, que pudessem incentivar um comércio melhor, mais ativo, que trouxesse as pessoas para a rua, mas referiu também que da parte dos comerciantes não havia grande abertura para proceder a alterações.

Falando do decréscimo nas despesas com pessoal, confirmou que tinha a ver com a situação de cinco funcionários.

Relativo ao acréscimo na rubrica – órgãos autárquicos, disse ter a ver com pagamento de subsídios que não estavam definidos se seriam ou não para processar pagamento.

Solicitou de novo a palavra o eleito José Chumbo do PS, que disse que o Executivo estava “manietado pelo passado, refém do presente e sem futuro”, e que não encontrava futuro neste orçamento.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE, o qual passou a ler uma declaração de voto sobre o orçamento, dizendo que a sua Bancada iria votar favoravelmente, mas que iriam fiscalizá-lo de modo a que nenhuma das medidas ficasse por concretizar até final do ano dois mil e dezanove.

Interveio logo após, o eleito António Sequeira da CDU, que disse este não ser o orçamento ideal, mas sim o possível, devido às dificuldades de gestão que a Junta todos os dias tinha de ultrapassar; disse o orçamento ser a alma, e a postura tinha de ser a de ajudar e não de bloquear.

Da Bancada do PS, voltou a usar da palavra o eleito José Chumbo, que leu uma declaração de voto e terminou a sua intervenção dizendo que a sua Bancada iria votar contra este orçamento.

O Presidente da Junta interveio dizendo que a Bancada do PS não sabia o que era a Democracia, pois no anterior o PS dissera que a Bancada da CDU era a do “bota abaixo”, agora inverteram-se as posições.

Disse também que ao incorporar neste orçamento sugestões de outras Bancadas foi porque acharam que seriam benéficas.

Dirigindo-se ao eleito João Fernandes do BE, referiu que seria a última Assembleia em que haveria garrafas de plástico e seria também implementado o mesmo, para os funcionários da Junta.

Terminou dizendo que este documento agora apresentado refletia o diálogo com todas as Bancadas e com a população com a auscultação e proximidade, ainda que manietada pela população conforme palavras do PS.

A eleita Manuela Santos do PS, usou da palavra dizendo ter sido eleita pela população e que tinha o direito de defender as suas convicções e que não estava ali para manietar ninguém, disse não ser força de bloqueio e que em consciência faria o que achava de direito.

Não havendo mais intervenções o ponto 15 foi posto a votação tendo sido aprovado por maioria, com oito votos contra, sete do PS e um do CDS e onze votos a favor, sete da CDU, dois do Bloco de Esquerda e dois da Coligação Mais.

O Presidente da Junta de Freguesia voltou a intervir desejando Festas Felizes a todos os Eleitos, Funcionários e Público, com votos de um ano de dois mil e dezanove melhor que o de dois mil e dezoito e a trabalhar pela melhoria da Freguesia. Desejou que o ano de dois mil e dezanove seja de continuidade e prosperidade.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia, solicitou à eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, primeira secretária, que lesse a ata minuta nº 8, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, encerrando de seguida a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Paula de Pin

A Primeira Secretária

Maria Fernanda Neves Dias Comenda

A Segunda Secretária

Tânia Sofia Faria Ferreira